

Coleccionando antiguidades. O Antigo Egipto e a Mesopotâmia no Museu Arqueológico do Carmo (Lisboa, Portugal)

Ana Cristina Martins – *Universidade de Évora*

1. *Palavras introdutórias*

Como na maioria dos países europeus, é em pleno século XIX que a temática egípcia e o interesse pela História do Antigo Egipto assumem em Portugal proporções nunca vistas até então, transformando-se num dos assuntos mais explorados e debatidos no seio da nossa *intelligentzia*. Uma curiosidade que se torna especialmente visível na imprensa periódica, sobretudo após a instauração definitiva – mas não pacífica –, do regime liberal no país (1833), o inerente afastamento de manifestações características do *Ancien Régime* e a prevalência de um espírito iminentemente positivista decorrente do processo industrial. Na verdade, a investigação sistemática de culturas não-europeias é possível graças, sobretudo, às aspirações de uma burguesia ciente de que a sua afirmação e perpetuação dependem, em grande medida, do desbravar e do conquistar de novos territórios, designadamente daqueles que se encontram na esfera das (consideradas como) suas raízes mais ancestrais.

Mas se, nas humanidades, o predomínio do racionalismo se revela essencialmente no despontar do estudo metódico de culturas e civilizações há muito extintas, desconhecidas ou veladamente percepcionadas, o movimento romântico desempenha um papel determinante na sua consolidação.

Não sendo este o contexto mais propício para explanar teorias relativas à importância do Romantismo na emergência de investigações Oitocentistas, não podemos deixar de mencionar factores que contribuem para a curiosidade gerada em torno das culturas pré-clássicas no seio de um público instruído à sombra do

Liberalismo. Um público que ganha agora novos hábitos de consumo cultural, visitando espaços museológicos e Exposições Universais enquanto frequenta novos lugares de sociabilidade burguesa como são os cafés, os jardins e os *boulevards*.

É tempo, pois, de esgrimir rivalidades políticas no terreno científico, tecnológico e cultural. Por isso os protagonistas do xadrez político europeu procuram dominar nestes três eixos de actuação, mormente pela força argumentativa que possuem na justificação de algumas das suas pretensões geopolíticas. Circunstância que permite compreender melhor a razão pela qual parte expressiva de quem se dedica à actividade arqueológica pertença às esferas militares e diplomáticas. Um facto decorrente, não apenas do conhecimento que detêm e começam a deter sobre os territórios e as paisagens percorridos, mas da facilidade com a qual podem fazer aliar produção de conhecimento científico, espionagem e contra-espionagem.

Não devemos, contudo, esquecer que algumas destas incursões se apresentam sustidas em testemunhos e postulados antigos, assim como em textos bíblicos relidos agora à luz das novas necessidades burguesas.¹ Acresce ainda o facto de o imaginário em torno do Antigo Egípto permanecer junto da intelectualidade europeia, em formato literário, iconográfico ou mediante a presença fragmentária da sua cultura artística. Uma arte que parece persistir envolta num manto de mistério, inacessibilidade e elementos exotéricos, tão do apreço de alguns círculos deste final de século.

Mas se a áurea mística agrada aos românticos, o desaparecimento do Antigo Egípto coadjuva-os na querela estabelecida com o Iluminismo, ao contrapor o progresso humano sem sobressaltos ou retrocessos. Ao invés, reforça a ideia de decadência civilizacional e, por inerência, individual:

“Os nomes de Chateaubriand e de Delille, que tão elegantemente fallaram destes monumentos [pirâmides de Gizé], a existência dos quaes, segundo as expressões do ultimo, tem cançado o tempo, são lidos com prazer pelos viajantes europeus, n'aquelles mesmos sitios onde Napoleão bradára ao seu exercito: – trinta seculos nos contemplam de cima d'essas pyramides”.²

À semelhança de escritores discorrendo sobre abadias abandonadas e desmoronadas e cemitérios onde fazem divagar pensamentos e elaboram as suas

1. Carreira 2003.

2. “As Sete Maravilhas do Mundo” 1867: 55.

mais conhecidas obras, também o Antigo Egipto se torna epicentral na intelectualidade europeia Oitocentista que assume a mortalidade como única verdade universal. Por isso a imprensa diária portuguesa de meados da década de 30 refere que,

“[como] diz sobre estas celebres pyramides hum viajante inglez: «com imperfeitos conhecimentos da antiguidade, e auxilio d’arbitrarias analogias vãos esforços se têem feito para romper a obscuridade, que envolve a origem d’estes monumentos: as tentativas dos sabios modernos, depois d’observações longas e assíduas, antes têem multiplicado do que ajudado a arredar as difficuldades. *O fim de taes construcções porventura não foi já mais nem completo, nem geralmente conhecido*”.³

Embora sem alcançar as proporções registadas noutros recantos ocidentais, fazem-se notar alguns ecos desta civilização em Portugal. Desde logo, através de relatos de missionários e de outros poucos que, por uma razão ou outra, viajaram até tão distante paragem mediterrânea.⁴ Ao contrário, porém, de parte expressiva dos países europeus, Portugal não se distingue pela quantidade e qualidade de colecções e museus, procurando, ao contrário, ultrapassar as sucessivas vicissitudes com as quais se depara desde o terremoto de 1755: as invasões francesas, a ida da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro (1807), a presença das tropas britânicas, as infindáveis lutas intestinas e a independência do Brasil.

Entretanto, o regime liberal apoiado, em grande medida, por quem se formara no exílio londrino e parisiense, procura garantir o resgate da memória do território, apesar de decretar a extinção das Ordens religiosas (1834) cujos bens se procura arrolar. É o início de um longo e, por vezes, penoso, caminho rumo à institucionalização da salvaguarda patrimonial no país pois, longe de traçar uma política concertada nesta área, as medidas primam por serem titubeantes e coarctadas. O que parece contradizer o próprio espírito liberal timbrado no fomento educativo e na própria liberdade de imprensa. Mas o jovem regime aparenta dispensar esta área científico-cultural ao não carecer de justificações legitimistas, mormente de natureza fronteiriça. Em contrapartida, o país embrenha-se no desenvolvimento económico do território cuja paisagem é rasgada por linhas férreas e umas quantas indústrias. Os monumentos históricos ficam, pois, à mercê

3. “As Pyramides do Egypto” [sd]: 346.

4. Curl 1994.

do vandalismo, filho da ignorância, e da especulação imobiliária efervescente durante a *Regeneração* (1851-1865).

Enquanto isto, o país redobra vozes exigindo a salvaguarda de vestígios pretéritos ilustrativos das especificidades nacionais, na forma de pequenos artigos, opúsculos ou obras de maior fôlego, de recorte literário ou jornalístico-político. É neste cenário que a *Associação dos Architectos Civis Portuguezes* (AACP), fundada em 1863, desempenha um papel relevante ao preencher o vazio institucional relativo ao estudo, preservação e divulgação do património histórico, artístico e arqueológico do país.⁵

Instalada na igreja arruinada do convento do Carmo, em Lisboa, a AACP funda no ano seguinte o *Museu Archeologico do Carmo* (MAC) que abrigará exemplares de diversas categorias e tipologias patrimoniais na iminência de serem destruídos. Um museu que acaba por adquirir um carácter universalista na sequência da presença do seu presidente, o arquitecto J. Possidónio N. da Silva (1806-1896), em Paris, por ocasião da Exposição Universal de 1867 (Fig.1). Utiliza, para tal, as redes de conhecimento pessoais que tece desde há anos em diferentes quadrantes da vida nacional e europeia, a exemplo das que lhe abrirão as portas ao Ocidente mediterrânico.⁶

2. Breve olhar sobre o despertar do Orientalismo no Museu Arqueológico do Carmo

Inaugurado em 1864, o MAC é o primeiro museu arqueológico criado no país. É também o primeiro do género a expôr artefactos egípcios, mesmo que de cópias se tratem. Facto nada surpreendente atendendo a que o interesse pela antiguidade egípcia despertara em Portugal ainda antes de finais de Setecentos, havendo agora quem reflecta sobre a sua história e os seus edifícios, enquanto se conjectura em torno do simbolismo das pirâmides egípcias e sua filiação em estruturas prévias:

“a idéa de levantar massas de pedra sobre a sepultura dos mortos parece com efeito natural a todos os povos do seu estado da infancia; encontrão-se túmulos do mesmo genero em a India, França, Inglaterra, e Irlanda; há-os neste ultimo paiz, que têm até 150 pés de altura”⁷

5. Martins 2003.

6. Martins 2003.

7. “As Piramides do Egipto” 1864: 2.

Ademais, até à descoberta das antigas civilizações mesopotâmicas, conquistar o Próximo Oriente corresponde à apropriação do sentido mais profundo da própria existência europeia, ocidental. Conquistá-lo, equivale quase a reassumir o comando na fortuna histórica do continente europeu ao legitimar-se como putativa herdeira, mais do que da Antiguidade Clássica, da Pré-Clássica, conectada a episódios bíblicos fundamentais.

Também em Portugal se fazem sentir alguns destes pressupostos, embora sem a repercussão observada noutras sociedades. Não obstante, chegam até nós notícias esparsas sobre monumentos do Antigo Egipto, fruto de viagens efectuadas, essencialmente, por sacerdotes e diplomatas.⁸ Notícias que surgem com maior frequência na imprensa diária graças a quem permanecera no exílio em Londres e Paris, onde o tema é central em diferentes esferas quotidianas. Não obstante, parece não existir um interesse e um empenho evidentes em criar um museu propiciador de olhares mais directos sobre uma realidade distante, porém próxima pelo imaginário que a envolve desde há séculos.

Apesar do conhecimento de Possidónio da Silva acerca da História do Antigo Egipto, o momento decisivo para a sua introdução na narrativa do MAC verifica-se em 1867, por ocasião da Exposição Universal de Paris. Exposição que assume proporções cruciais para no desenrolar e afirmação ulteriores dos estudos antropológicos, arqueológicos e pré-históricos. E é neste certame que a AACP se faz representar pela primeira vez em termos internacionais.

Aproveitando a sua participação no 1.º Congresso Internacional dos Arquitectos que tem lugar na capital francesa durante a Exposição, Possidónio da Silva acompanha pessoalmente as peças do MAC a integrar a representação portuguesa e visita pavilhões de países presentes. Fascinado com as temáticas preponderantes nalguns deles, com os conteúdos e as formas como as colecções são neles apresentados, entende dever-se renomear a AACP para RAACAP – *Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, o que acontece oficialmente pouco depois.

O MAC assume agora, categoricamente, uma vertente internacional ao começar a receber artefactos de diversa proveniência geográfica, cronológica e cultural. É neste momento que passa a incorporar, através de doação, objectos atribuídos a diferentes culturas do Próximo e do Médio Orientes, entre os quais um pequeno obelisco, possivelmente trazido da capital francesa por P. da Silva. O que não será casual.

8. Carreira 2003.

A par da inauguração da realização da sessão do *Congrès International d'Anthropologie et d'Archéologie Préhistoriques*, da inauguração do *Musée des Antiquités Nationales*, em Saint Germain-en-Laye, da centralidade assumida na Exposição pela *Galérie du Travail*, P. da Silva tem a oportunidade de percorrer o pavilhão egipcizante contendo materiais ilustrativos do Antigo Egito,⁹ sobretudo quando, “além da transformação da sociedade civil, a Historia renovava-se pelas descobertas da antiguidade do Egypto, encetadas pela leitura dos hieroglyphos”.¹⁰ O seu impacte visual é inegável:

“O Egypto antigo e moderno, um e outro summamente curiosos, excitam o desejo de travar conhecimento com esse paiz, que a historia e os viajantes recommendam á nossa attenção. – Assim, quanto de interesse não inspiram os modelos do palacio do vice-rei do Egypto, de uma casa egypcia, e as reproduções archeologicas das ruinas desses templos gigantescos, que ainda hoje espantam a imaginação com as suas portas collossaes, com as suas columnas grandiosas, com as suas pinturas hieroglyphicas, com as esphinges de seus atrios!”¹¹

Compreende-se assim que o MAC receba, justamente a partir dos inícios de 70, exemplares originais, moldes e reproduções gráficas de outros tantos, originários, quase na totalidade, de escavações realizadas em territórios dos Próximo e Médio Orientes, muitos dos quais oferecidos pelos seus investigadores. É o caso de artefactos fenícios remetidos pelo sueco Carlo Landberg (1848-1924), arqueólogo em Sidon, Síria.¹² O mesmo ocorre com os 92 moldes de baixos relevos dos templos de Abidos e Denderah, Egito, obtidos pelo diplomata, arquitecto e arqueólogo espanhol, Juan V. Abargues de Sostén (1845-1920): “je vous [P. da Silva] aye envoyé des Bas-Reliefs que l'Angleterre et France n'en auront des pereilles”.¹³

Uma afirmação que revela a concorrência instalada entre os principais museus europeus pela aquisição de peças prestigiantes.¹⁴ Por isso, também P. da Silva

9. Pensamos ter sido na sequência da aproximação pessoal de Possidónio da Silva e da oferta destes artefactos, que F. Lesseps e Gaston Maspero (1846-1916) são convidados a integrar a RAACAP.

10. Braga 1892: 343.

11. “A inveja que tenho aos que visitam a Exposição Universal de Paris” 1867: 177.

12. “Chronica” 1874: 64. Entre outros objectos, C. Landberg envia pinturas a fresco, objectos provenientes de necrópoles, antiguidades cípiotas, incluindo esculturas, objectos de ouro e manuscritos.

13. “Chronica da nossa associação” 1879: 180.

14. As cópias tornam-se imprescindíveis igualmente para análises comparativas dos mais diversos artefactos arqueológicos. O arqueólogo e epigrafista alemão, Emil Hübner (1834-1901), por ex-

solicita a C. Landberg o envio de objectos representativos de culturas mesopotâmicas: “Quant à votre désir d'avoir des basreliefs de Ninive, la chose est un peu différente [...] j'irai plus tard [...] l'hiver prochain, à Ninive et à Babylonie, et alors je vous ferai avoir quelques basreliefs”, apesar da legislação otomana dificultar a exportação de artefactos arqueológicos. Nada, porém, que pareça impedir P. da Silva de persistir nestas suas diligências, solicitando – mesmo que infrutiferamente –, ao diplomata e empresário francês Ferdinand Marie, visconde de Lesseps (1805-1894), que obtenha objectos egípcios para o MAC junto do conservador do Museu das Antiguidades Egípcias, no Cairo, o egiptólogo francês F. Auguste F. Mariette (1821-1881). (Fig. 3).

A oferta destes artefactos evidencia outra realidade Oitocentista: a importância das redes pessoais na formação de colecções musealizáveis. Redes pessoais que, neste caso, são compostas, em grande medida, por P. da Silva ao longo das suas inúmeras viagens ao estrangeiro, graças às quais engrandece as suas colecções que vai depositando no MAC.

Mas se os moldes remetidos por A. de Sostén são ainda expostos no MAC nos anos 80, desconhecemos se os enviados por C. Landberg são disponibilizados ao olhar associativo e público. Na verdade, nada deles consta nos catálogos do museu publicados em finais da centúria. Que sucede? Não chegam a sair da Síria? São retidos em França? “Perdem-se” na(s) viagem(ns)? Permanecem com P. da Silva? Ignoramos; por enquanto. Quanto aos moldes, eles deixam de constar dos catálogos impressos já em Novecentos. Danificam-se? São reclamados pelos herdeiros de P. da Silva? Também não sabemos. Mas esperamos conseguir obter uma resposta em breve.

Sabemos, isso sim, que o imaginário oriental não deixa por completo os horizontes associativos plasmados no MAC, mesmo que as suas actividades se foquem cada vez mais nos estudos históricos, artísticos e arqueológicos portugueses, enquadrados pelo ideário republicano de recuperação de artes e ofícios regionais para desenvolvimento sustentável das populações, antes mesmo que o programa nacionalista estadonovense comece a singrar.

3. Cheruskia: quando a política internacional se cruza com a ciência nacional

Em antevésperas do primeiro grande conflito bélico à escala mundial, o Império alemão reforça a sua geo-política em território da antiga Mesopotâmia.

mplo, aconselha o colega português a organizar um museu de moldes em Lisboa onde se reunissem todos os decalques de inscrições romanas encontradas em Portugal.

Como vem sucedendo com outras agendas imperialistas europeias, a arqueologia é parte integrante desta estratégia, enquanto os arqueólogos beneficiam das condições extraordinárias que lhes são conferidas para que acelerem investigações no terreno, para com elas escorar pretensões hegemónicas.

Entretanto, eclode a I Guerra Mundial (IGM) e no Verão de 1914 mais de meia centena de navios alemães e austriacos procuram, em portos portugueses, refúgio dos ataques da *Royal Navy*. Portugal tenta manter-se neutral, mas a pressão da diplomacia britânica obriga o Governo a actuar. Quase dois anos se passam e a Armada Portuguesa aprisiona-os a 23 de fevereiro de 1916. Como consequência, a Alemanha declara guerra a Portugal.¹⁵ Entre os navios apresados, encontra-se o vapor de carga *Cheruskia* construído pela *Stephenson, Robert & Co.*, Newcastle, Inglaterra, e propriedade da *Hamburg-Amerikanische Packetfahrt-Actien-Gesellschaft* (1847). Redominado ‘Leixões’, o navio será afundado em 1918 por submarino alemão ao largo da costa norteamericana.

Nada de aparentemente extraordinário, não seja o caso de a carga que transporta suscitar um episódio digno dos melhores romances de espionagem e contra-espionagem da IGM pelo modo como relacionou política nacional e internacional, diplomacia, nacionalismos, coleccionismo, museus e salvaguarda do património cultural. De algum modo de forma casual, Lisboa assume um protagonismo que certamente não ambiciona, cruzando nomes centrais da história da arqueologia em território da Antiga Mesopotâmia. Tudo, porque, através de agentes secretos, o governo alemão oferece milhares de libras esterlinas a Portugal pela devolução da carga encontrada no *Cheruskia* que é arrolada, entretanto, por ordem do Tribunal do Comércio português. Uma oferta que suscita as maiores suspeitas sobre o seu real valor.¹⁶ Desconfiança que é confirmada em 1917 com a abertura de seis caixotes. Abertura ordenada superiormente e levada a cabo pelo delegado da Alfândega de Lisboa, o escritor, olisipógrafo e membro da AAP, Gustavo de Matos Sequeira (1880-1962), na presença do conservador do Museu Nacional de Arte Antiga, o historiador e arqueólogo Virgílio Correia (1888-1944). A partir deste momento, a carga armazenada em dois barracões da ‘Exploração’ do cais da Alfândega de Lisboa aqui permanece até ao final da Guerra, nomeando-se V. Correia platicamente administrador da carga.¹⁷

Terminada a IGM, a Grã-Bretanha procura assumir o controle do assunto, ponderando o destino final dos artefactos, incluindo a sua devolução, já não à

15. Cunha e Sousa 2006.

16. Bernhardson 2005.

17. Correia 1924: 19.

Alemanha, mas ao Iraque, agora sob administração britânica.¹⁸ Entretanto, em 1919, sem conhecimento de V. Correia, “um perito arranjado ad hoc pelo Tribunal do Comercio abriu mais de 50 caixotes”¹⁹, incumprindo-se, assim, o objectivo científico definido por V. Correia, administrador da carga:

“Desde 1917 a 1923 todo o meu trabalho visou a defender os objectos, a impedir que os caixotes fossem remexidos, porque sempre tive esperança de que se não cometesse a falta científica que finalmente se cometeu, e desejava que seus primitivos proprietários ao rehavê-los por *cessão, troca ou compra*, encontrassem tudo intacto”.²⁰

Mas, que carga transportara o *Cheruskia* para merecer tanto interesse e motivar tanta agitação diplomática?

Procedente de Bassora, o navio carregava centenas de caixotes contendo, quase em exclusivo, materiais de escavações conduzidas em Assur, Hatra, Shuruppak e Sam'al pelo arqueólogo e arquitecto alemão Walter Andrae (1875-1956), regressado à Alemanha com o início da guerra. Praticamente todos os objectos tinham sido destinados a museus berolinenses pela *Deutsche-Orient-Gesellschaft* (1898), depois de serem transportados através do rio Tigre, desde Bagdad até Mossoul.²¹ O número de caixotes – 448 –, é confirmado entre 1916 e 1920 pelo embaixador e Ministro Plenipotenciário do Reino Unido em Portugal, Sir Lancelot D. Carnegie (1861-1933), e pelo embaixador alemão em Lisboa, Ernst Arthur Voretzsch (1868-1965).²² Intervenções pessoais assaz demonstrativas da relevância do assunto.

Efectivamente, estas antiguidades assumem um protagonismo inesperado, funcionando como troféus de guerra, sobretudo a partir do momento em que a notícia é veiculada junto da comunidade científica internacional.²³ Enquanto isso, chegam pedidos alemães através do Governo de Espanha para que a carga seja devolvida e colocada em lugar seguro e seco.²⁴ Assunto que é vertido para as páginas de periódicos nacionais e infiltra no seio das discussões académicas.

18. Bernhardson 2005.

19. Correia 1924: 19.

20. Correia 1924: 19.

21. Bernhardson 2005.

22. Araújo 2011.

23. Bernhardson 2005.

24. Araújo 2011.

3.1. *Cherusquia e a Associação dos Arqueólogos Portugueses*

A reintitulada (1910) Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP) não pode ignorar este episódio. Desde logo, pela sua raridade. Depois, porque alguns dos seus membros estão nele envolvidos. Por fim, mas não menos importante, por entusiasmar quantos nele entreviam a possibilidade de prestigiar a AAP, engrandecer o MAC e valorizar o panorama museológico português.

Trata-se, na verdade, de assunto que merece a maior atenção da parte dos principais elementos associativos que debatem o destino a atribuir aos artefactos, com base no direito internacional vigente durante a IGM (1914-1918). Entendendo deverem ser considerados *bôa presa*,²⁵ a direcção da AAP defende, junto do Governo português, a sua incorporação em museu público. Assim se enriqueceriam as colecções arqueológicas existentes no país, escassas de materiais pré-clássicos. Cenário oposto ao verificado, desde há muito, noutras países:

“Lá fóra os estudos archeologicos e em geral os ethnographicos são muito estimados e cultivados: a França, a Alemanha, a Italia sustentam missões scientificas e escolas em Athenas e em Roma, para estudarem os monumentos archeologicos d'estas duas capitales do mundo classico: outras missões europeias há na Africa, na Asia Menor, na Persia, na India; por toda a parte se criam grandes museus, se fundam sociedades, se publicam jornaes e riquíssimos livros, se abrem cursos. Este movimento do mundo civilizado chega apenas a Portugal pouco mais do que em echo; o pouco que se faz cá é quasi sempre devido apenas aos esforços de um ou outro individuo ordinariamente insulado”.²⁶

A AAP acalenta, assim, a esperança de que, como noutras nações, a inserção de um tão vasto e diversificado número de objectos nos nossos museus suscite o interesse científico pelas culturas referidas no Antigo Testamento, estimulando o estudo das suas gentes, geografias e culturas. Além disso, a raridade de algumas das peças pode assumir outra relevância ao atrair a deslocação a Portugal de especialistas de renome internacional e curiosos estrangeiros, contribuindo assim para o desenvolvimento daquele que virá a ser designado de ‘turismo cultural’. Enquanto isso, prestigiar-se-ia o país, os seus museus e individualidades envolvidas, directa e indirectamente, em todo este intrincado processo.

25. A.H./A.A.P., *Actas da Direcção* 1916.

26. Vasconcelos 1897: 80.

Mas os associados não afastam a possibilidade de as autoridades alemãs reclamarem a devolução dos objectos. Por isso defendem que o Governo português deve assegurar, pelo menos, a exibição temporária dos artefactos de maior interesse para um público mais vasto e ecléctico. Mais do que isso, há que viabilizar a sua análise por parte de investigadores empenhados no estudo da civilização mesopotâmica. Mas a AAP não se move isoladamente, antes actuando com a força da opinião pública mais esclarecida.

Nada que impeça, contudo, que todo este episódio caía num certo esquecimento, por razões ainda não apuradas por completo, para ser retomado pela AAP dois anos depois, quando o Governo nomeia um dos seus sócios administrador depositário dos artefactos.²⁷ Enquanto isto, J. Leite de Vasconcelos (vide infra) dá voz a outros associados, defendendo que a manutenção dos objectos em território português exige instalações adequadas e a supervisão por parte especialistas em conservação e exposição. De contrário, deveriam ser devolvidos à Alemanha. Opinião que não é partilhada por toda a AAP que se preocupa agora mais com a definição dos cuidados a seguir durante o desencaixotamento dos materiais para eventual exposição pública.

Enquanto isto, ciente do valor da carga, o Governo português resiste a sucessivas e intensas pressões internacionais, mormente da Alemanha e da Grã-Bretanha. Posição que não é, porém, consensual, mesmo entre a intelectualidade portuguesa, e que se traduz em vários artigos publicados na imprensa nacional volvidos outros dois anos.²⁸

Com efeito, o médico, antropólogo, pré-historiador, professor universitário e político A. Mendes Correia (1888-1960), o etnógrafo, arqueólogo, professor universitário, mentor e primeiro director do Museu Etnológico Português (1893), José Leite de Vasconcelos (1858-1941), e o próprio Vergílio Correia – todos membros da AAP –, defendem a devolução dos artefactos à Alemanha:

“Numa tenaz e larga campanha jornalística defendi o meu ponto de vista. [...] saberá *a sciencia, que não é alemã, nem portuguesa*, que houve quem defendesse a *intangibilidade dos resultados do trabalho científico*, pertencessem eles a quem pertencessem, amigos ou adversários”.²⁹

27. Id., A.H./A.A.P., *Actas da Real Associação* 1919.

28. Id., A.H./A.A.P., *Actas da Real Associação* 1921.

29. Correia 1924: 19. Nossos itálicos.

Em contrapartida, o zoólogo, político e professor universitário, Augusto Pereira Nobre (1865-1946), por exemplo, opõe-se com veemência a esta possibilidade.

Terceiro reitor da Universidade do Porto (1919-1926) e já como ministro da Instrução (1920-1922), A. Nobre decide transferir as antiguidades mesopotâmicas para o projectado ‘Museu de Arqueologia Histórica’ a instalar na Faculdade de Letras desta cidade.³⁰ Não havendo, porém, especialistas em Portugal que as estudassem e avaliassem convenientemente, convidam-se com esse intuito o arqueólogo, assíriólogo e epigráfista francês, colaborador do *Musée du Louvre*, François Thureau-Dangin (1872-1944), e o seu conterrâneo Georges Contenau (1877-1964), arqueólogo e orientalista.³¹

3.2. Desfecho previsível

Por indicação do Doutor João Providência e Costa (1893-1965), leitor de português na Universidade de Berlim, W. Andrae, então já curador do *Vorderasiatisches Museum Berlin*, desloca-se a Coimbra a pretexto da inauguração do Instituto Alemão da Universidade desta cidade. O assíriólogo aproveita, então, para estabelecer contactos nas localidades que visita, nomeadamente no Porto onde é apoiado pelo agente consular alemão na cidade, William Stüve, e pelo engenheiro Carlos Michælis de Vasconcelos (1877-?), filho do arqueólogo e historiador de arte português Joaquim de Vasconcelos (1849-1936) e de sua mulher, a filóloga e professora universitária alemã Carolina W. Michælis de Vasconcelos (1951-1925).

Entretanto, a Universidade de Coimbra realiza, em julho deste mesmo ano, o seu primeiro Curso de Férias com a participação de vários professores estrangeiros, entre os quais W. Andrae. Discorrendo em francês e com o apoio de projecções sobre escavações arqueológicas conduzidas em território das antigas Babilónia e Assíria. W. Andrae não ignora os artefactos contidos nos caixotes transportados pelo *Cheruskia*, explanando os contextos necessários à sua melhor compreensão.³²

Retomado, assim, o interesse pelo tema ‘Cheruskia’, W. Andrae tenta negociar a devolução dos objectos à Alemanha. Situação tanto mais urgente quando as várias iniciativas levadas a efeito até agora nesse sentido são frustradas, não obstante a recuperação das relações diplomáticas com Portugal, o envolvimento

30. Araújo 2011.

31. Nobre 1925, Obras de Maria Helena 2016: 361-363.

32. Gazeta de Coimbra 1925.

directo da Grã-Bretanha e o apoio pessoal solicitado por W. Andrae a Gertrude Bell (1868-1926), comissária britânica no Iraque.³³

É neste contexto que a reitoria da Universidade do Porto cede. Cede, mas não totalmente. Determina apenas a devolução parcial das peças em troca de outras existentes em museus estatais berlineses. Exigência acatada por Berlim.³⁴ Quando, porém, a decisão portuguesa chega à capital alemã, já o nosso país entrara em Ditadura Militar. Aproveitando este novo contexto político, E. A. Voretzsch (*vide supra*), ainda sob o signo da República de Weimar, contacta de imediato o novo ministro da instrução pública, Joaquim Mendes dos Remédios (1867-1932), escritor e professor da Universidade de Coimbra. Solicita-lhe, então, o retorno das antiguidades sem compensação.³⁵ Requerimento que é aceite, sem consulta prévia à Universidade do Porto. Mas J. Mendes dos Remédios é substituído neste entretanto no Governo pelo médico, naturalista e professor da Universidade de Lisboa, Artur Ricardo Jorge (1886-1972). Racificando a decisão anterior, o novo ministro reivindica compensação. Constitui-se comissão para definir procedimentos e W. Andrae permanece entre nós para acompanhar o acondicionamento, embarque e regresso das peças a Berlim.

Em janeiro de 1927, Portugal é, por fim, compensado com 600 artefactos representativos de várias culturas de todos os Continentes.³⁶ O seu destino constitui outra página desta complexa história.

4. *Algumas reflexões finais*

Os três episódios apresentados e brevemente analisados nestas páginas ilustram o envolvimento directo da RAACAP, num primeiro momento, e da AAP, num segundo, na produção de conhecimento gerado em torno de antiguidades pré-clássicas. Antiguidades que movem diferentes comunidades científicas, de âmbito nacional e internacional. Antiguidades que suscitam curiosidade e despertam paixões junto de públicos vários, alimentadas por colecções e museus públicos e privados. Antiguidades que são dispostas em certames da dimensão das Exposições Universais onde demonstram a força dos impérios em construção no século XIX e a complexidade do xadrez político europeu concebido em torno do Mediterrâneo. Antiguidades que, em última análise, prestigiam quem as possue, as exibe e as

33. Bernhardson 2005.

34. Afonso 2015.

35. Afonso 2015.

36. Cunha, Sousa 2006.

protege, mormente através do seu estudo minucioso. Antiguidades que, como vimos, são protagonistas involuntárias de tramas políticas de grande amplexo mundial, cruzando redes pessoais e institucionais de diferente natureza, grandeza e origem.

Particularidades, valências e imprevistos que atravessam a vida da própria AAP e do MAC, constituindo episódios marcantes das suas existências, embora olvidados dos seus anais principais por razões várias. É tempo, pois, de recuperar os acontecimentos que aqui trouxemos, explorando-os de forma detalhada e abrangente. Somente assim será possível compreender a totalidade dos fragmentos de uma memória que nos remete para a história institucional, a história da arqueologia, assim como a do coleccionismo e museologia, entrelaçadas a biografias intelectuais e científicas e à história mais abrangente do país que é Portugal e suas relações com outras nações europeias.

5. Fontes e bibliografia

5.1. Arquivos

- A.H./A.A.P., *Actas da Direcção da Associação dos Arqueólogos Portugueses (10/12/1912-10/03/1917)*.
A.H./A.A.P., *Actas da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes (25-6-1918/12-3-1921)*.
R.B.N., *Borges de Figueiredo. Correspondência Arqueológica*, Mss 202, 10, 5/187.

5.2. Bibliografia

- “Chronica da nossa associação”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2^a série, II, 11, 1879: p. 180.
“Chronica”, *Boletim de Architectura e Archeologia*, 2^a série, t. I, 4, 1874: p. 64.
“A inveja que tenho aos que visitam a Exposição Universal de Paris”, *O Panorama*, 4.^a série, vol. XVII, Lisboa, Typographia da Sociedade, 1867: p. 177.
“As Piramides do Egipto” *Archivo Popular. Leituras de Instrucção e Recreio* Lisboa, 1864: p. 2.
“As Pyramides do Egypto”, *Bibliotheca Familiar e Recreativa*, vol. V, n.º 29, Lisboa, p. 346.
“As Sete Maravilhas do Mundo”, *O Panorama*, 4.^a série, vol. XVII, Lisboa, Typographia da Sociedade, 1867, p. 55.
Afonso, M. G. (2015) *A coleção egípcia da Universidade do Porto – histórias da sua aquisição*. [https://www.academia.edu/22550552/A_coleção_egípcia_da_universidade_do_porto_histórias_da_sua_aquisição].

- Araújo, L. M. de (2011) *A coleção egípcia do Museu de História Natural da Universidade do Porto*. Porto.
- Bernhardsson, M. T. (2005) *Reclaiming a plundered past. Archaeology and nation building in modern Iraq*. Austin.
- Braga, Th. (1892) “A Epopéa da Humanidade”, *Revista de Portugal* vol. IV: pp. 343.
- Carreira, J. N. (2003) *Por Terras de Jerusalém e do Próximo Oriente*. Mem-Martins.
- Correia, V. (1924) “A carga do Cheruskia”, *Terra Portuguesa: revista ilustrada de arqueologia artística e etnografia* V, 38: 19.
- Cunha, M. J., Sousa, R. F. de (2006) *A coleção de antiguidades egípcias do Museu de História Natural da Universidade do Porto*. Porto.
- Curl, J. S. (1994) *Egyptomania. The Egyptian Revival: a Recurring Theme in the History of Taste*. Manchester/New York.
- Gazeta de Coimbra*, 21/07/1925 e 23/07/1925.
- Martins, A. C. (2003) *Possidónio da Silva e o elogio da memória. Um percurso na arqueologia portuguesa de oitocentos*. Lisboa.
- Martins, A. C. (2005) *A Associação dos Arqueólogos Portugueses na senda da salvaguarda patrimonial. Cem anos de (trans)formações. 1863-1963*. [Texto policopiado]. Tese de Doutoramento em Hstória apresentada à Universidade de Lisboa.
- Martins, A. C. (2006) “Oriental antiquities and international conflicts. A Portuguese episode during the 1st World War”, in: J.M. Córdoba et al. (eds.), *Proceedings of the 5th International Congress on the Archaeology of the Ancient Near East*, Madrid 2006, Vol. II (Madrid: UA Ediciones 2008), pp. 515-522.
- Nobre, A. F. (1925) “Museu de Arqueologia Histórica: A Coleção Assíria”, *O Pôrto e a sua Universidade: I Centenário da Faculdade de Medicina do Porto*. Porto.
- Obras de Maria Helena da Rocha Pereira IV: Arte Antiga*, 2016. Lisboa e Coimbra.



Fig. 1. J. Possidónio N. da Silva (1806-1896).
(Fonte: <http://ww3.aeje.pt/avcultur/avcultur/UnivCoimbra/PassadEspelho/Page42.htm>).



Fig. 2. Logo da Real Associação dos Arquitectos e Arqueólogos Portugueses.
(Fonte: Associação dos Arqueólogos Portugueses).



Fig. 3. Panorâmica geral da sala com moldes de baixos-relevos de templos egípcios.
(Fonte: Associação dos Arqueólogos Portugueses).